



Relatório de Gestão

Ano 2009

(Ponto 13 do POCAL)



INDICE

1. Introdução	3
2. Organização Municipal	4
2.1 <i>Caracterização da Entidade</i>	4
2.2 <i>Estrutura Política</i>	5
2.3 <i>Estrutura Organizativa</i>	9
3. Recursos Humanos	10
4. Análise à Execução dos Documentos Previsionais	
4.1 <i>Do Orçamento</i>	
4.1.1 <i>Receita</i>	14
4.1.2 <i>Despesa</i>	18
4.1.3 <i>Rácios</i>	21
4.2 <i>Das Grandes Opções do Plano</i>	
4.2.1 <i>Plano Plurianual de Investimentos</i>	23
4.2.2 <i>Actividades Mais Relevantes</i>	25
5. Análise Económico-financeira	
5.1 <i>Evolução da Situação Económica</i>	27
5.2 <i>Evolução da Situação Financeira</i>	30
5.3 <i>Rácios</i>	34
6. Endividamento	
6.1 <i>Evolução da Dívida</i>	36
6.2 <i>Enquadramento do Município face aos Limites Legais</i>	39
7. Proposta de Aplicação dos Resultados	41
8. Factos Relevantes verificados Após o Encerramento do Exercício	42



1. INTRODUÇÃO

Dando cumprimento ao disposto no Artigo 47º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), e no nº.2 do Ponto 2 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei nº.54-A/99, de 22 de Fevereiro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), foi elaborado o presente Relatório.

Pretende-se, com o presente documento, completar os Documentos de Prestação de Contas relativas ao exercício económico do ano 2009.

O Documento foi elaborado nos termos e de acordo com as normas estabelecidas no ponto 13 do Pocal e destina-se a apresentar pelo Órgão Executivo ao Órgão Deliberativo conforme previsto pela alínea c) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

No seguimento dos pressupostos inerentes aos objectivos previstos pelo Pocal, o presente Relatório visa proporcionar uma visão clara da situação económica e financeira do Município, de forma a poder constituir um instrumento de extrema importância na gestão da Autarquia.

O Documento começa por fazer uma breve abordagem à organização e ordenamento do Município, relatando, para o efeito, a sua estrutura política e organizativa e dando particular destaque a um dos pilares mais importantes de qualquer Organização, os Recursos Humanos.

Das matérias tratadas, relevam-se três pontos, a análise à execução orçamental, a situação económico-financeira do Município e a evolução do endividamento da Autarquia face aos limites legalmente impostos.

Na metodologia utilizada para apresentação da informação e com o objectivo de a tornar mais facilmente compreensível, destacam-se as representações gráficas e os quadros, que, e sempre que possível, estabelecem também uma análise comparativa com os dados relativos a anos anteriores.



2. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

2.1 Caracterização da Entidade

Identificação:

Designação: Município de Monforte

Morada: Praça da República

7450-115 Monforte

NIF: 506873412

Telefone (Geral): 245578060

Fax: 245573423

Email: cmmonforte@mail.telepac.pt

Planeamento e Ordenamento territorial:

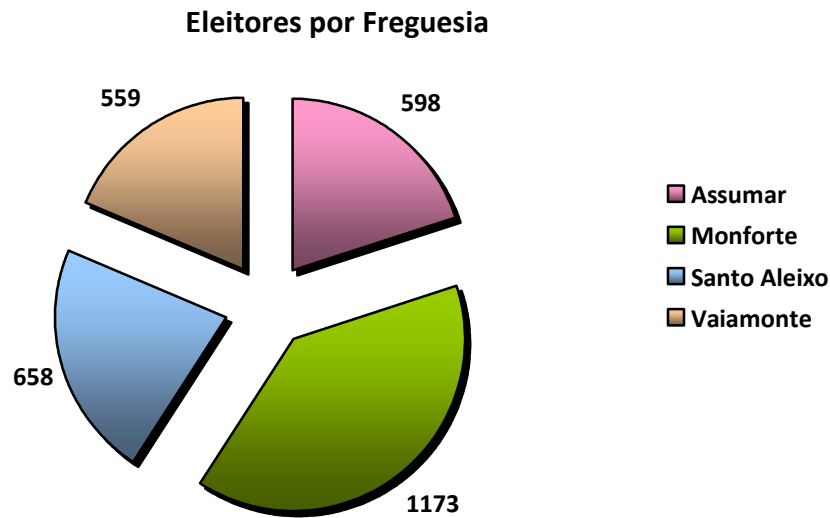
O Município possui uma área geográfica de, aproximadamente, 420 Km². A divisão administrativa do concelho é composta por 4 freguesias: Assumar, Monforte, Santo Aleixo e Vaiamonte.

No Município vigoram 5 instrumentos de planeamento e ordenamento territorial, o Plano Director Municipal, ratificado pela RCM n.º 176/95, publicada no D.R., I Série-B, n.º 292/95, de 20 de Dezembro e 4 Planos de Urbanização, um por cada freguesia:

- Plano de Urbanização da Freguesia de Assumar, ratificado pela RCM n.º 90/2004, publicada no DR, I Série-B, n.º 160, de 9 de Julho de 2004.
- Plano de Urbanização da Freguesia de Monforte, ratificado pela RCM n.º 172/2004, publicada no DR, I Série-B, n.º 292, de 15 de Dezembro de 2004.
- Plano de Urbanização da Freguesia de Santo Aleixo, ratificado pela RCM n.º 67/2005, publicada no DR, I Série-B, n.º 53, de 16 de Março de 2005.
- Plano de Urbanização da Freguesia de Vaiamonte, ratificado pela RCM n.º 117/2004, publicada no DR, I Série-B, n.º 178, de 30 de Julho de 2004.

O PDM passa, actualmente, por um processo de revisão, aguardando nesta fase o parecer favorável da REN (Rede Ecológica Nacional) para, posteriormente, ser submetido à discussão pública.

A população residente do concelho é de 3.393 habitantes (Sensos 2001) e o número total de eleitores é de 2.987, com a seguinte distribuição por freguesias:



(fonte: DGAI - Recenseamento Eleitoral 31/12/2009)

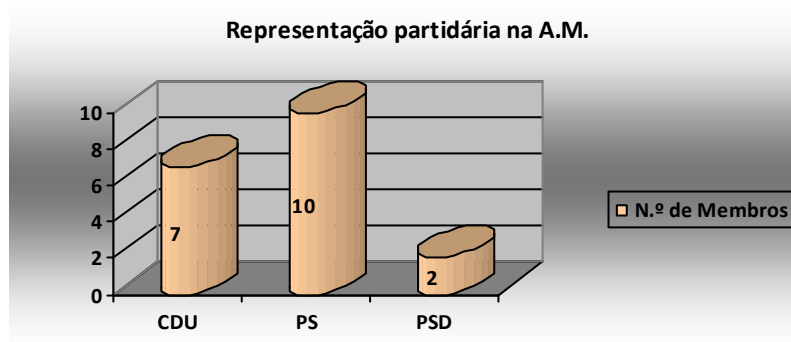
Controlo Interno:

A Câmara Municipal possui um Regulamento de Controlo Interno, aprovado pela Assembleia Municipal em sessão ordinária de 30 de Junho de 2006 e publicado no D.R. n.º 86, 2.ª Série, de 4 de Maio de 2007.

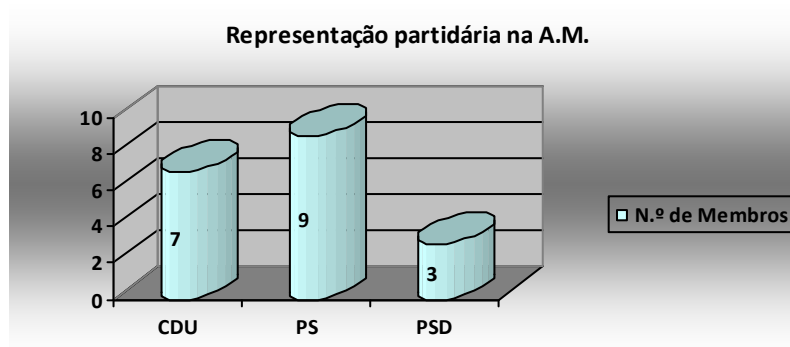
2.2 Estrutura Política

A estrutura política do Município é composta por dois Órgãos, a Câmara Municipal ou Órgão Executivo, com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal ou Órgão Deliberativo, com funções, predominantemente, de carácter deliberativo e fiscalizador da actividade da Câmara. No ano da gerência em apreciação, mais precisamente a 11 de Setembro, realizaram-se eleições para os órgãos autárquicos, das quais resultou uma nova composição, que tomou posse a 29 de Outubro.

A Assembleia Municipal é composta por 19 membros, dos quais 15 são eleitos directamente e os outros 4 assumem a função por inerência ao exercício do cargo de Presidentes de Junta das respectivas Freguesias. A Assembleia apresentou a seguinte composição partidária até à tomada de posse, a 29 de Outubro:



Após a tomada de posse dos novos órgãos, resultantes das eleições autárquias realizadas a 11 de Setembro, a composição passou a ser a seguinte:



O Órgão Executivo é constituído por 5 elementos - 1 Presidente e 4 Vereadores - a quem compete definir as estratégias e políticas municipais, bem com a tomada de decisões sobre a actividade dos diversos serviços municipais.

Da composição resultante das eleições mencionadas, regista-se a troca de três elementos com a permanência de um único vereador a tempo inteiro.



O quadro seguinte apresenta a relação nominal dos responsáveis, o cargo exercido e as responsabilidades atribuídas na área da gestão municipal de 1 de Janeiro a 29 de Outubro do ano da gerência:

Nome	Cargo	Pelouros
Rui Manuel Maia da Silva	Presidente	<ul style="list-style-type: none">• Coordenação Geral da Actividade Municipal;• Informação Municipal;• Relações Institucionais;• Gestão Administrativa e Financeira;• Gestão do Património Municipal;• Gestão Recursos Humanos;• Planeamento Municipal;• Fundos Comunitários;• Novos Projectos Estratégicos;• Assuntos Financeiros/Turismo;• Acção Social;• Coordenação/Gestão do Projecto Monforfeira;• Educação.
Gonçalo Nuno Ribeiro Brandão Amanso Lagem	Vice-Presidente Vereador	<ul style="list-style-type: none">• Obras Municipais;• Urbanismo e Habitação;• Licenciamento de Obras Particulares;• Cultura;• Educação;• Desporto.
João Manuel Carola Gabriel	Vereador	<ul style="list-style-type: none">• Ambiente;• Higiene e Limpeza Urbana;• Espaços Verdes e Jardins;• Águas e Saneamento;• Estaleiro Municipal;• Parque de Máquinas e Viaturas;• Transportes Municipais;• Protecção Civil;• Cemitérios.
Vasco Manuel Martins Coelho	Vereador	Sem Pelouros atribuídos
Lomelino António Serrano Ideias	Vereador	Sem Pelouros atribuídos



O seguinte Quadro reporta-se a nova composição, com poderes a partir do dia 29 de Outubro até 31 de Dezembro:

Nome	Cargo	Pelouros
Miguel Alexandre Ferreira Rasquinho	Presidente	<ul style="list-style-type: none">• Coordenação Geral da Actividade Municipal;• Informação e Comunicação Municipal;• Relações Institucionais;• Gestão Administrativa e Financeira;• Gestão do Património Municipal;• Gestão Recursos Humanos;• Planeamento Municipal;• Fundos Comunitários;• Planeamento Estratégico;• Turismo;• Protecção Civil;• Cultura.
Manuel António Pires Pintado	Vice-Presidente Vereador	<ul style="list-style-type: none">• Obras Municipais;• Urbanismo e Habitação;• Licenciamento de Obras Particulares;• Educação;• Desporto;• Acção Social;• Ambiente;• Higiene e Limpeza Urbana;• Jardins e Espaços Verdes;• Águas e Saneamento;• Estaleiro;• Parque de Máquinas e Viaturas;• Transportes Municipais;• Cemitérios;• Mercados e Feiras;• Sinalização e Trânsito;• Juventude.
Joaquim Manuel Rita Carrajola	Vereador	Sem Pelouros Atribuídos
Rui Manuel Maia da Silva	Vereador	Sem Pelouros Atribuídos
Gonçalo Nuno Ribeiro Amanso Lagem	Vereador	Sem Pelouros Atribuídos



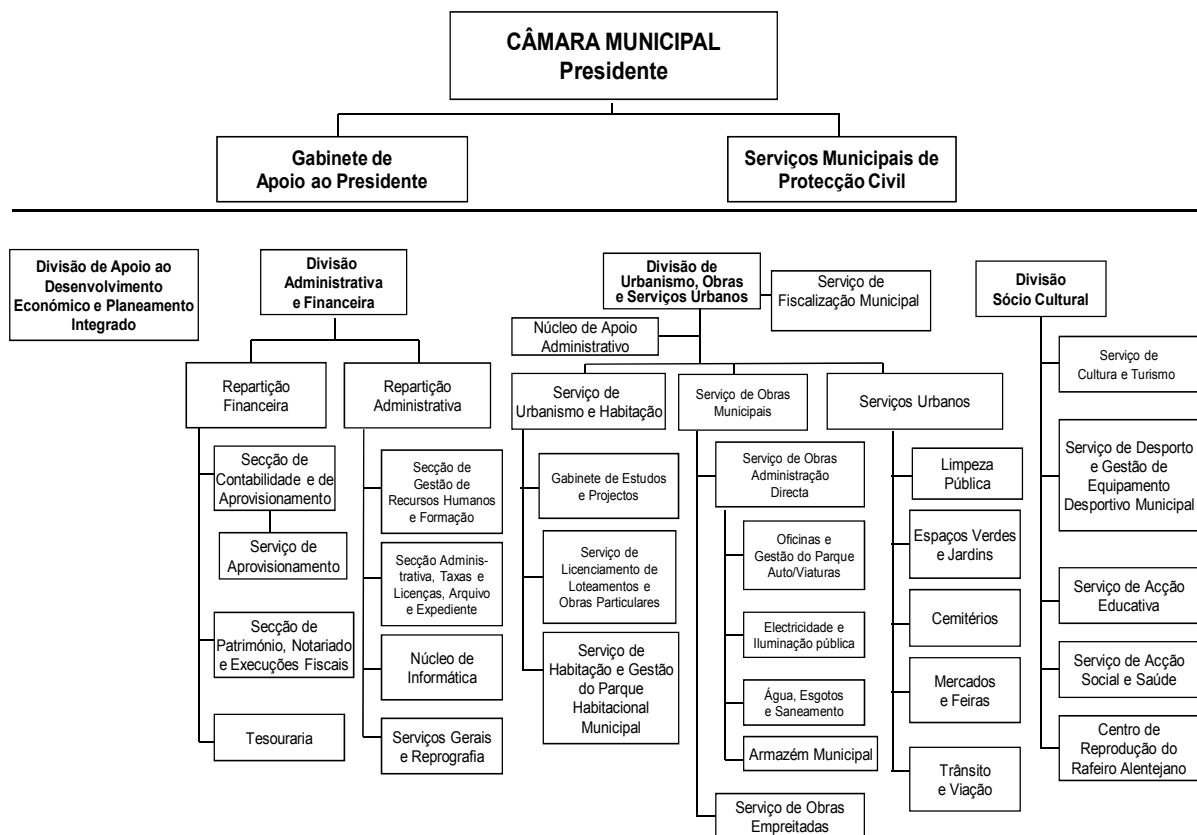
2.3 Estrutura Organizativa

A estrutura organizativa da Câmara Municipal foi revista no ano 2002 e aprovada pela Assembleia Municipal em sessão ordinária realizada no dia 27 de Dezembro do mesmo ano.

Da mesma constam as seguintes Serviços/Unidades Orgânicas:

- Gabinete de Apoio ao Presidente;
- Serviços Municipais de Protecção Civil;
- Divisão Administrativa e Financeira;
- Divisão do Planeamento Integrado e apoio ao Desenvolvimento Económico;
- Divisão de Urbanismo, Obras e Serviços Urbanos;
- Divisão Sócio-Cultural.

ORGANOGRAMA





2. RECURSOS HUMANOS

Com a entrada em vigor, por fases, da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que veio definir e regular os novos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e, complementarmente, definir o regime jurídico-funcional aplicável a cada modalidade de constituição da relação jurídica de emprego público, houve a necessidade de posicionar o Pessoal em funções no Município de acordo com este preceito legal, pelo que, a análise feita a alguns dos aspectos considerados mais pertinentes carece da, por vezes, de critérios de comparabilidade.

Como foi dito na introdução, os recursos humanos representam um dos pilares mais importantes de qualquer organização. O seu desempenho está cada vez mais dependente da capacidade de “saber fazer”. Assim, é neste sentido que se torna pertinente fazer uma abordagem à evolução do capital humano do Município.

O Município, à data de 31 de Dezembro do ano 2009, contava com 191 efectivos, com as seguintes relações jurídicas de emprego:

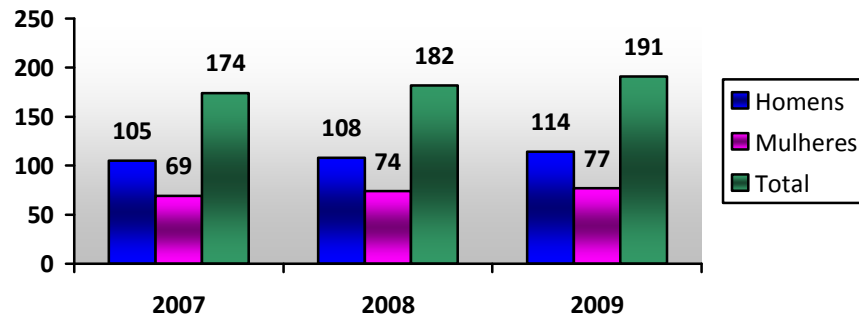
Modalidade de Vinculação			
	G	Q	Total
Comissão de Serviço	M	1	3
	F	2	
Contrato por tempo indeterminado	M	86	130
	F	44	
Contrato por tempo resolutivo certo	M	13	37
	F	24	
Outra	M	7	11
	F	4	
Total	M	107	181
	F	74	

Modalidade de Prestação de Serviços			
	G	Q	Total
Avença	M	7	10
	F	3	

O pessoal efectivo apresenta uma evolução média na ordem dos 4,75%, nos últimos 3 anos:

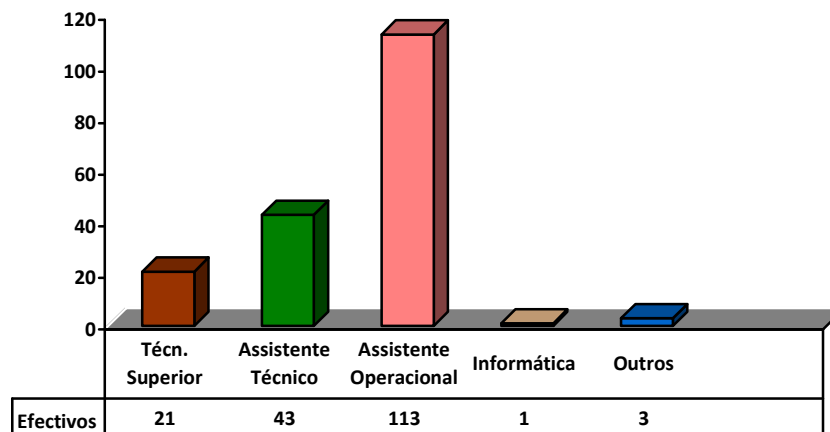


Evolução do Pessoal Efectivo

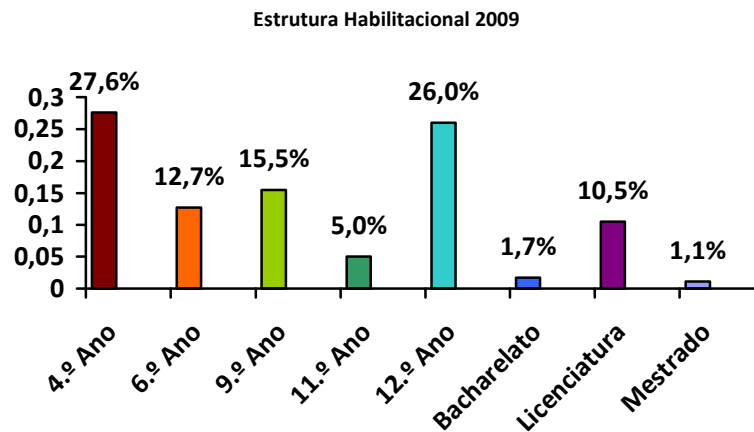


Quanto à estrutura profissional, predomina o grupo de pessoal integrado na carreira de *Assistentes Operacionais*. Esta carreira agrupa o pessoal que já vinha integrando as anteriores carreiras de pessoal *Operário e Auxiliar* e representa 62,4% dos trabalhadores na modalidade de vinculação.

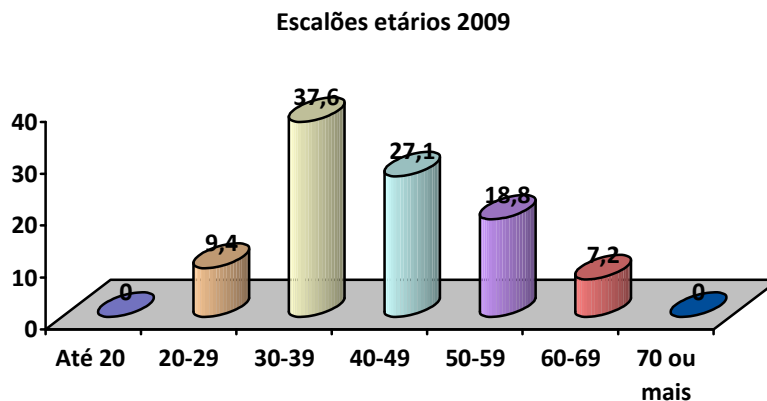
Estrutura Profissional 2009



A estrutura habilitacional do Pessoal na modalidade de vinculação revela-se positiva. De facto, 39,3% dos trabalhadores possuem habilitações literárias equivalentes ou superiores ao 12.º ano de escolaridade e destes, 1/3 possui um grau de formação superior (33,8%).



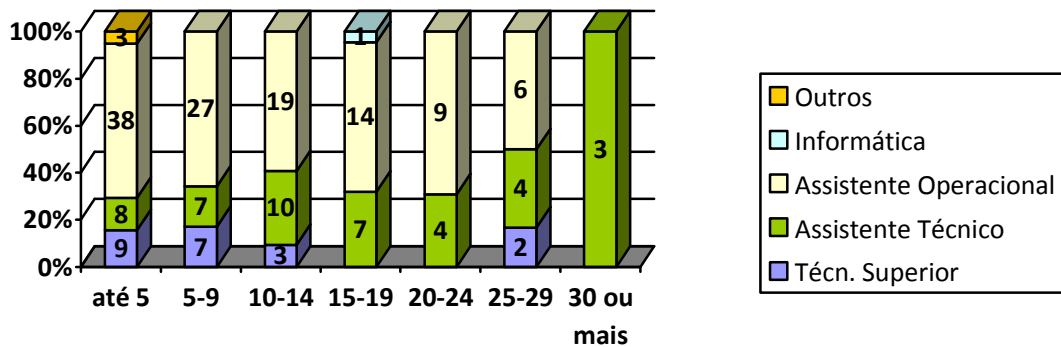
Da análise à estrutura dos escalões etários dos efectivos, verifica-se que apenas 26% estão acima do escalão dos 40-49 anos, isto é, têm 50 ou mais de 50 anos e de que, a maioria dos efectivos ao serviço do Município encontram-se entre os 30 e os 49 anos de idade (64,7%).



O gráfico seguinte mostra a estrutura da *antiguidade no serviço*, à data de 31/12/2009, por carreira:



Contagem da antiguidade



Dos 181 trabalhadores apenas 3 Assistentes Técnicos contam com mais de 30 anos de antiguidade na carreira, contrapondo com os 131 trabalhadores com menos de 15 anos. Pode-se então concluir que o Município possui um nível de antiguidade bastante baixo, o que pode dar indicação da existência de base estrutural bastante sólida e com muita progressão.

Em relação à formação profissional, foram ministradas 12 acções de formação, frequentadas por 24 trabalhadores, com um custo anual para o Município de 2.066,00€. Saliente-se que este valor corresponde, exclusivamente, à contrapartida do Município, uma vez que a maioria das acções de formação são objecto de candidatura a fundos comunitários por parte das entidades que as ministram.

Por último, é de referir que existem 90 trabalhadores sindicalizados.



3. ANÁLISE À EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Neste ponto, pretende-se analisar a execução das receitas e despesas, fazendo-se ainda uma abordagem à execução orçamental das Grandes Opções do Plano, distinguindo-se, para o efeito, a execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) das Actividades Mais Relevantes (AMR).

Antes de entrarmos numa análise mais detalhada dos dois grupos que compõem o orçamento, a receita e a despesa, convém destacar alguns factos ocorridos durante a gerência.

Durante o ano 2009, ocorreram 21 modificações aos Documentos Previsionais, das quais, 12 foram ao orçamento e 9 às GOP`s. Verificaram-se 2 revisões ao orçamento e 1 Revisão às GOP`s pelo que o valor total das dotações iniciais do Orçamento foi acrescido de 1.281.471,00€, respeitante ao contrato celebrado no âmbito do PREDE, e deduzido do valor de 276.774,00€ por renegociação da Matriz de Contratualização do QREN, a que corresponde um acréscimo efectivo de 1.004.697,00€ nas previsões finais.

O quadro seguinte apresenta os desvios entre os valores previstos e os valores realizados da Receita e da Despesa, deduzindo-se as respectivas taxas de execução orçamental:

Controlo Orçamental	2009			
	Previsão corrigida	Valor executado	Desvio	% de execução
Receita	10.580.985,00	7.750.549,00	2.830.436,00	73,25
Despesa	10.580.985,00	7.792.233,97	2.788.751,03	73,64

(em euros)

4.1 Orçamento

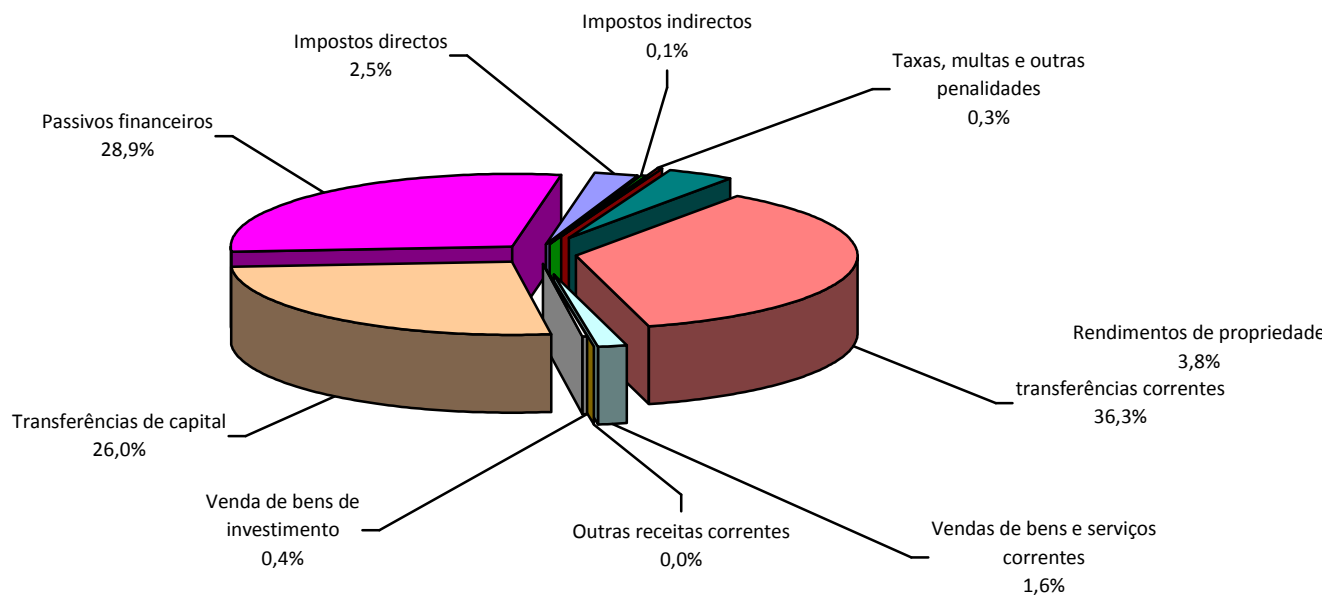
4.1.1 Da Receita

Na gerência em apreciação, o Município arrecadou um total de 7.750.549,00€, representando um crescimento aproximado de 21% face à gerência anterior. Da receita total arrecadada, 44,7% respeitam a receitas correntes, no valor de 3.461.424,08€ e 55,3% a receitas de capital, no valor de 4.288.514,38€.



Receitas Municipais 2009		
Designação	Valor	%
Correntes:		
<i>Impostos directos</i>	195.908,89	2,5
<i>Impostos indirectos</i>	8.776,67	0,1
<i>Taxas, multas e outras penalidades</i>	24.587,85	0,3
<i>Rendimentos de propriedade</i>	298.185,16	3,8
<i>transferências correntes</i>	2.810.071,62	36,3
<i>Vendas de bens e serviços correntes</i>	122.247,89	1,6
<i>Outras receitas correntes</i>	1.646,00	0,0
<i>Sub-Total</i>	3.461.424,08	44,7
Capital:		
<i>Venda de bens de investimento</i>	34.778,30	0,4
<i>Transferências de capital</i>	2.012.455,37	26,0
<i>Passivos financeiros</i>	2.241.280,71	28,9
<i>Sub-total</i>	4.288.514,38	55,3
<i>Outras receitas</i>	610,54	0,0
Total	7.750.549,00	100,0

Estrutura da receita 2008

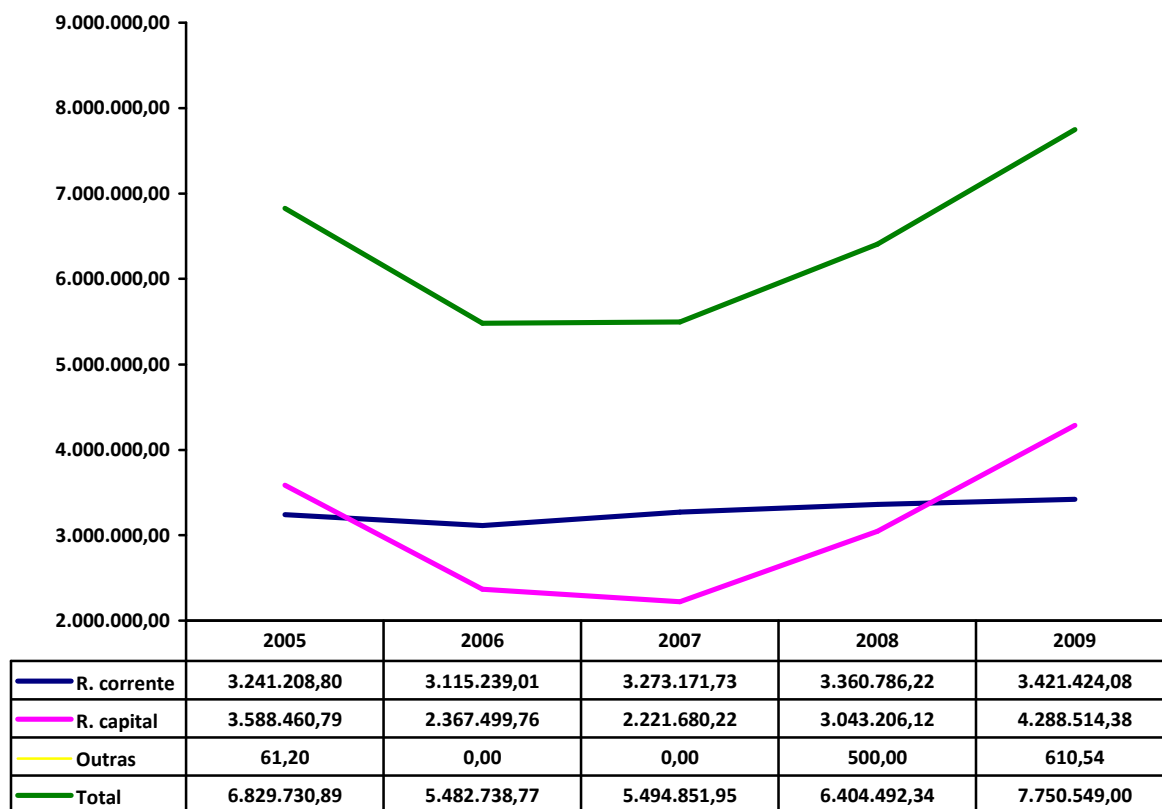




Como se pode constatar na análise ao gráfico anterior, existem três grandes componentes que influenciam a receita, as transferências correntes e as transferências de capital com 62,3% e os passivos financeiros com 28,9%. No total da receita estas três componentes correspondem a 91,2%, revelando a fraca capacidade que o Município tem de gerar receitas próprias (restantes 8,8%) e ao mesmo tempo, mostrando a forte dependência que o Município das verbas provenientes de financiamentos externos.

Evolução das receitas totais nos últimos 5 anos:

Evolução das receitas



Da observação do gráfico respeitante à evolução das receitas municipais nos últimos 5 anos verificamos que as receitas correntes denotam uma ligeira evolução, fazendo-se notar significativamente a influência negativa do decréscimo das receitas de capital no total da receita arrecadada nos anos 2006 e 2007, registando-se uma recuperação expressiva no ano 2008, influenciada pelo encerramento do III QCA, e acentuada no ano último ano, à custa dos passivos financeiros.



Evolução das receitas correntes nos últimos 2 anos:

Evolução das receitas correntes				
Designação	2008	%	2009	%
Correntes:				
<i>Impostos directos</i>	326.994,81	9,7	195.908,89	5,7
<i>Impostos indirectos</i>	7.191,09	0,2	8.776,67	0,3
<i>Taxas, multas e outras penalidades</i>	23.429,28	0,7	24.587,85	0,7
<i>Rendimentos de propriedade</i>	169.449,15	5,0	298.185,16	8,6
<i>transferências correntes</i>	2.672.833,89	79,5	2.810.071,62	81,2
<i>Vendas de bens e serviços correntes</i>	160.233,66	4,8	122.247,89	3,5
<i>Outras receitas correntes</i>	654,34	0,0	1.646,00	0,0
<i>Total</i>	3.360.786,22	100,0	3.461.424,08	100,0

Comparando agora a estrutura das receitas correntes nos últimos dois anos, confirma-se a influência das transferências correntes no total das receitas correntes (81,2% em 2009). Salienta-se, ainda, a quebra dos impostos directos em cerca de 4%, influenciada pela redução verificada no IMT, e o aumento dos rendimentos de propriedade, em 3,6%, à custa dos contratos de arrendamento e de concessão/exploração, novos ou renegociados.

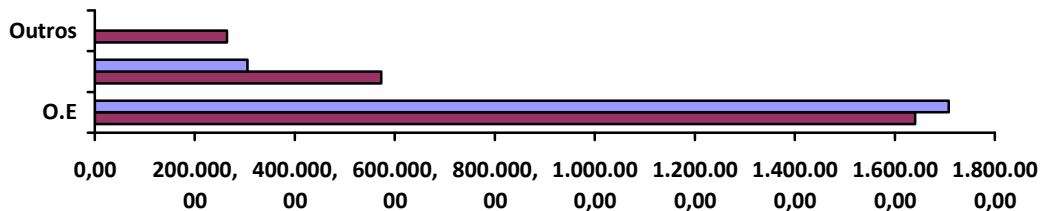
Analisando agora a evolução das receitas de capital nos últimos 2 anos:

Evolução das receitas de capital				
Designação	2008	%	2009	%
Correntes:				
<i>Venda de bens de investimento</i>	10.967,21	0,4	34.778,30	0,8
<i>Transferências de capital</i>	2.477.108,24	81,4	2.012.455,37	46,9
<i>Passivos financeiros</i>	555.130,67	18,2	2.241.280,71	52,3
<i>Total</i>	3.043.206,12	100,0	4.288.514,38	100,0

Apesar da diminuição verificada nas transferências de capital, provocada pela redução das transferências comunitárias, as receitas de capital sofreram um acréscimo de 40,9% do ano 2008 para 2009. Para este facto contribuiu o recurso do Município, no ano 2009, ao Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, que encaixou nos passivos financeiros o montante 2.013.045,86€.



Estrutura das transferências de capital



	O.E	F. comunitários	Outros
2009	1.707.385,00	305.070,37	0,00
2008	1.640.269,63	572.483,82	264.354,79

Desagregando agora as transferências de capital dos dois últimos anos, pode-se verificar que houve um aumento 4,1% nas transferências provenientes do Orçamento do Estado, muito à custa do aumento registado no Fundo de Equilíbrio Financeiro, e uma quebra acentuada nas outras duas componentes deste Capítulo de receitas. Relativamente aos Fundos Comunitários é de registar o encerramento do III QCA no ano 2008 e o atraso verificado no arranque do novo Quadro (QREN). As outras transferências respeitam, na quase totalidade, a transferências da Administração Local (Município de Alter do Chão e Fronteira), relativas ao Projecto Intermunicipal "Beneficiação da EN.369 e EN 245" que terminou no ano 2008.

4.1.2 Da Despesa

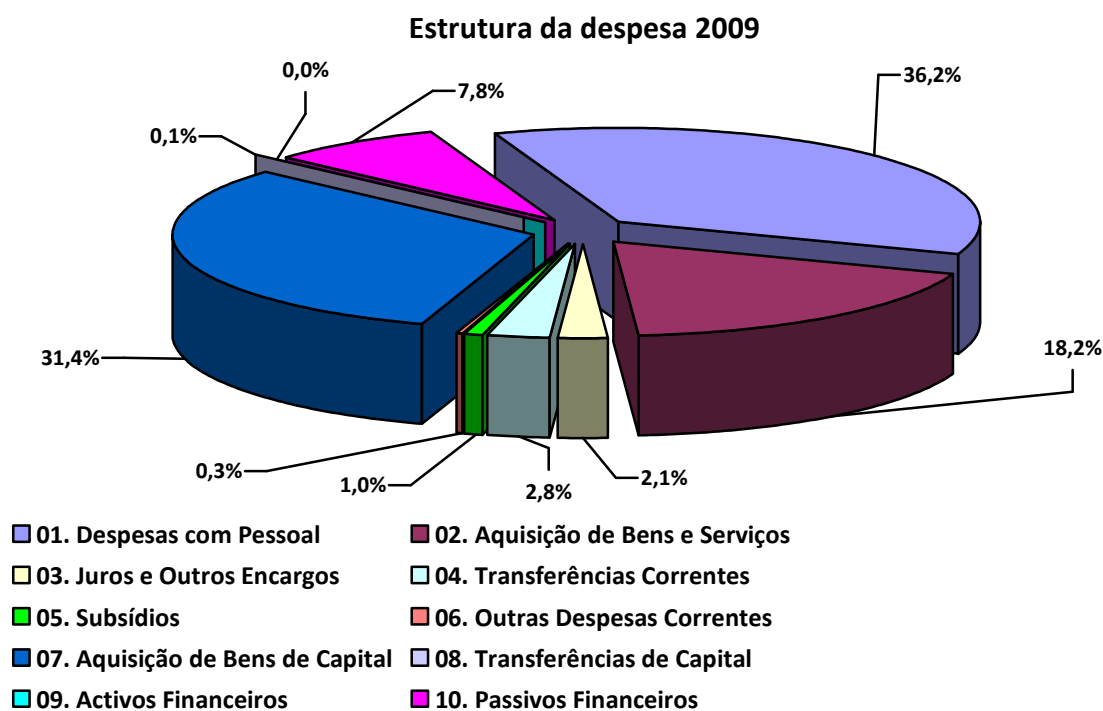
A componente orçamental da despesa apresenta uma taxa de execução de 73,64%, em relação à previsão inicial, com as despesas correntes a atingirem uma taxa de 82,88% do orçamentado, e as de capital a atingirem a taxa de 62,84%. A taxa de execução global apresenta-se superior à taxa conseguida no ano anterior (2008), contribuindo para este efeito a despesa efectuada em *Investimento*, que superou a despesa realizada no ano anterior em 877.150,70€.

Os próximos mapas e gráficos apresentam, por classificação económica, o comportamento das despesas correntes e de capital durante o ano de 2009.



Despesas Municipais 2009		
Designação	Valor	%
Correntes:		
01. Despesas com Pessoal	2.821.800,51	36,2
02. Aquisição de Bens e Serviços	1.419.738,16	18,2
03. Juros e Outros Encargos	164.843,95	2,1
04. Transferências Correntes	220.495,39	2,8
05. Subsídios	79.703,25	1,0
06. Outras Despesas Correntes	21.319,65	0,3
<i>Sub-Total</i>	4.727.900,91	60,7
Capital:		
07. Aquisição de Bens de Capital	2.450.050,06	31,4
08. Transferências de Capital	5.000,00	0,1
09. Activos Financeiros	0,00	0,0
10. Passivos Financeiros	609.283,00	7,8
<i>Sub-Total</i>	3.064.333,06	39,3
Total	7.792.233,97	100,0

Do total da despesa executada, 60,7% respeitam a despesas correntes, a que corresponde o valor de 4.727.900,91€ e 39,3% a despesas de capital, no valor de 3.064.333,06€, perfazendo uma despesa total de 7.792.233,97€.

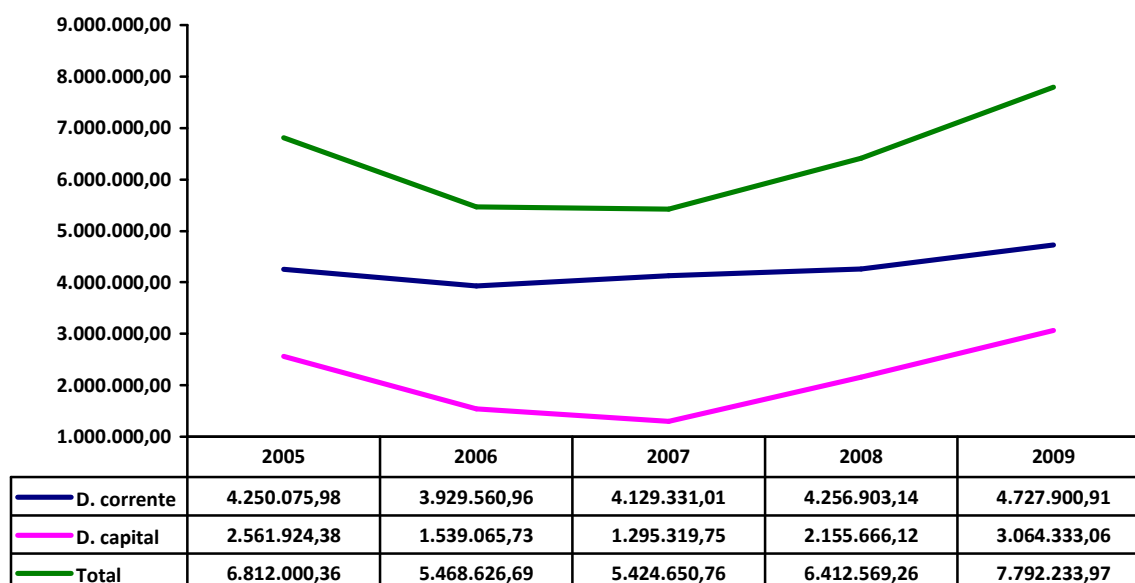




Como se pode verificar no gráfico anterior, as rubricas com mais peso no total das despesas são, no que respeita a despesas correntes, as de despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços, o primeiro capítulo com o dobro do peso do segundo e os dois em conjunto têm um peso relativo de 54,4% do total da despesa. Pelo lado das despesas de capital ressaltam as aquisições de bens de capital, com uma taxa de 31,4% do total da despesa.

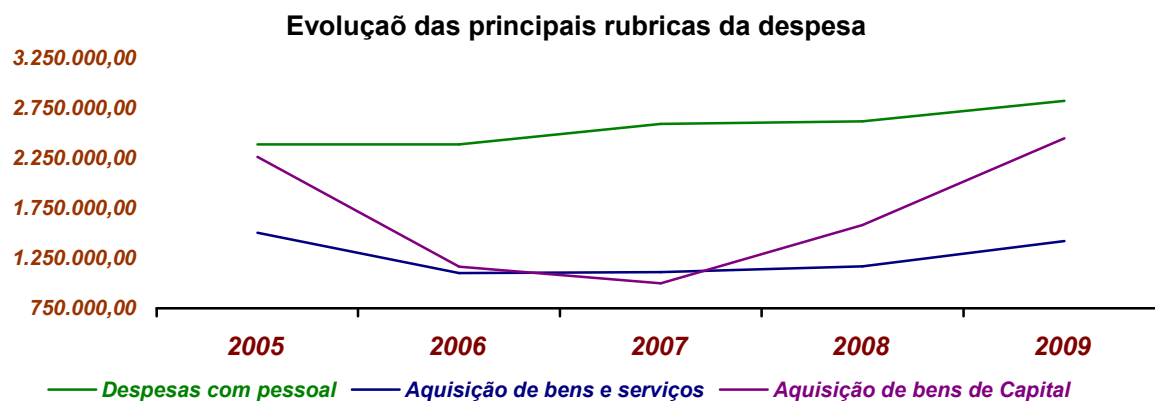
Evolução das despesas totais nos últimos 5 anos:

Evolução das despesas



Verifica-se um decréscimo do total da despesa nos anos 2006 e 2007, reflexo, também, da quebra verificada na receita. As despesas correntes mantiveram-se, sensivelmente, ao mesmo nível ao longo dos primeiros quatro anos, registando um aumento de 11,1% no último ano. No que respeita às despesas de capital, regista-se um aumento significativo do Investimento nos dois últimos anos, sendo que, o ano 2009 foi o ano de maior investimento dos últimos cinco em análise.

O gráfico seguinte relaciona à evolução, nos últimos cinco anos, das rubricas mais representativas da despesa:



Da análise, verifica-se uma ligeira tendência de subida das despesas com pessoal ao longo dos cinco anos. A aquisição de bens e serviços teve uma ligeira oscilação negativa nos anos intermédios, facto revelador de alguma contenção nas despesas de funcionamento, voltando a subir novamente no último ano. Em relação às despesas com a aquisição de bens de capital e como já foi dito anteriormente, denota-se um desinvestimento nos anos 2006 e 2007, registando-se uma súbita acentuada nos dois anos seguintes, o que revela um aumento do investimento Municipal, nestes dois últimos anos.

4.1.3 Rácios

De seguida apresentam-se alguns indicadores orçamentais:

Rácios de estrutura da receita e da despesa:

$\frac{\text{Receita total}}{\text{Despesa total}}$	$\frac{7.750.549,00}{7.792.233,97} = 99,47\%$	mede o grau de cobertura da despesa total pela receita
$\frac{\text{Receita corrente}}{\text{Despesa corrente}}$	$\frac{3.461.424,08}{4.727.900,91} = 73,21\%$	mede o grau de cobertura das despesas correntes pelas receitas correntes
$\frac{\text{Receita de capital}}{\text{Despesa de capital}}$	$\frac{4.288.514,38}{3.064.333,06} = 139,95\%$	mede o grau de cobertura das despesas de capital pelas receitas de capital
$\frac{\text{Receitas próprias}}{\text{Despesa total}}$	$\frac{686.130,76}{7.792.233,97} = 8,81\%$	mede o grau de cobertura da despesa total pelas receitas próprias da Autarquia
$\frac{\text{Fundos municipais}}{\text{Despesa total}}$	$\frac{4.344.421,00}{7.792.233,97} = 55,75\%$	mede o grau de cobertura da despesa total pelos fundos municipais



<u>Passivos financeiros</u>	<u>2.241.280,71</u>	=	28,76%	mede o grau de financiamento da despesa total pela receita proveniente dos empréstimos de terceiros
Despesa total	7.792.233,97			

Rácios de estrutura da receita:

<u>Receitas próprias</u>	<u>686.130,76</u>	=	8,85%	mede o peso das receitas próprias da Autarquia na receita total
Receita total	7.750.549,00			
<u>Transferências do Estado</u>	<u>4.445.423,03</u>	=	57,36%	mede o peso das transferências provenientes do O.E. na receita total da Autarquia
Receita total	7.750.549,00			
<u>Passivos financeiros</u>	<u>2.241.280,71</u>	=	28,92%	mede o peso da receita proveniente de empréstimos contraídos a terceiros na receita total
Receita total	7.750.549,00			
<u>Fundos comunitários</u>	<u>319.897,76</u>	=	4,13%	mede o peso da receita arrecadada através de financiamentos comunitários na receita total
Receita total	7.750.549,00			

Rácios de estrutura da despesa:

<u>Pessoal</u>	<u>2.821.800,51</u>	=	36,21%	mede o peso das despesas com pessoal na despesa total da Autarquia
Despesa total	7.792.233,97			
<u>Despesas de funcionamento</u>	<u>4.262.858,32</u>	=	54,71%	mede o encargo das despesas de funcionamento na despesa total
Despesa total	7.792.233,97			
<u>Serviço da dívida</u>	<u>774.126,95</u>	=	9,93%	mede o encargo da dívida com juros e amortizações de capital na despesa total
Despesa total	7.792.233,97			
<u>Aquisição de bens de capital</u>	<u>2.450.050,06</u>	=	31,44%	mede o peso das despesas de capital na despesa total da Autarquia
Despesa total	7.792.233,97			

Grau de financiamento do Investimento:

<u>Fundos Comunitários de capital</u>	<u>305.070,37</u>	=	12,67%	mede o grau de cobertura dos investimentos pela receita arrecadada através dos fundos comunitários
Investimento	2.408.694,11			

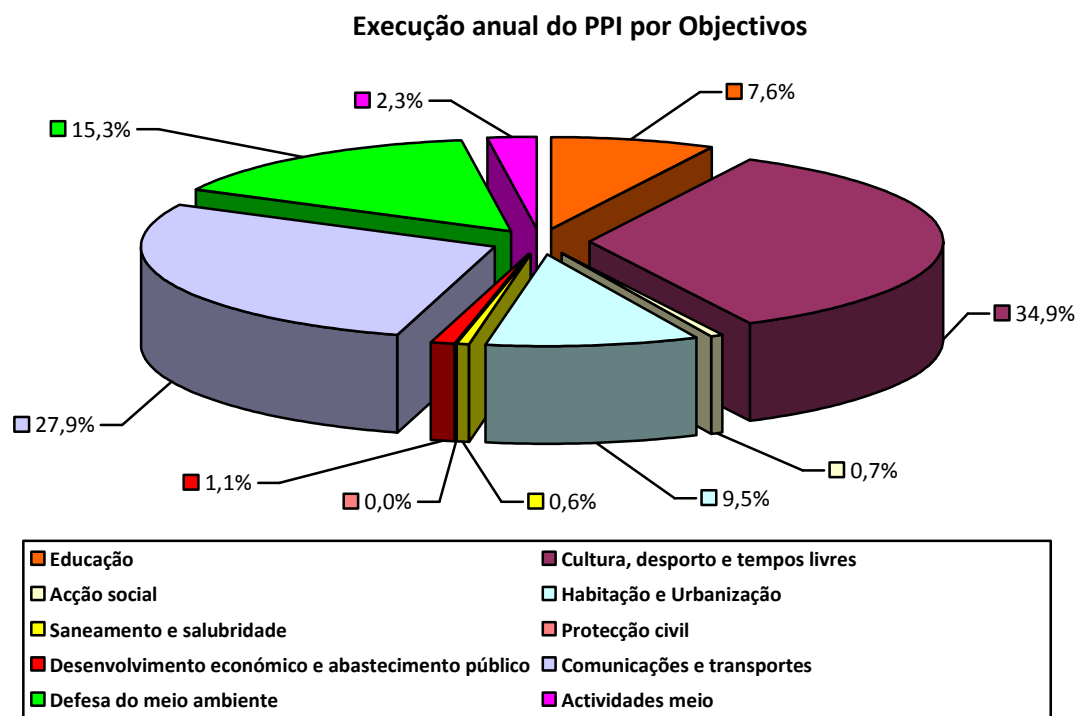


<u>Fundos Municipais de capital</u>	<u>1.692.085,00</u>	=	69,06%	mede o grau de cobertura da aquisição de bens de capital pelos fundos municipais da mesma natureza
Aquisição de bens de capital	2.450.050,06			
<u>Passivos Financeiros (M/L prazo)</u>	<u>98.234,85</u>	=	4,08%	mede o grau de financiamento dos investimentos através de empréstimos contraídos a terceiros
Investimento	2.408.694,11			

4.2 Das Grandes Opções do Plano

4.2.1 Do Plano Plurianual de Investimentos

Funções	Previsto	Executado	% execução
Educação	362.707,00	185.449,65	51,13%
Cultura, desporto e tempos livres	1.139.630,00	855.863,44	75,10%
Acção social	32.308,00	16.807,26	52,02%
Habitação e Urbanização	576.124,00	233.268,95	40,49%
Saneamento e salubridade	28.525,00	15.743,30	55,19%
Protecção civil	5.000,00	0,00	0,00%
Desenvolvimento económico e abastecimento público	98.972,00	27.729,73	28,02%
Comunicações e transportes	1.127.813,00	683.994,54	60,65%
Defesa do meio ambiente	392.226,00	374.820,92	95,56%
Actividades meio	116.000,00	56.372,27	48,60%
Total Geral	3.879.305,00	2.450.050,06	63,16%



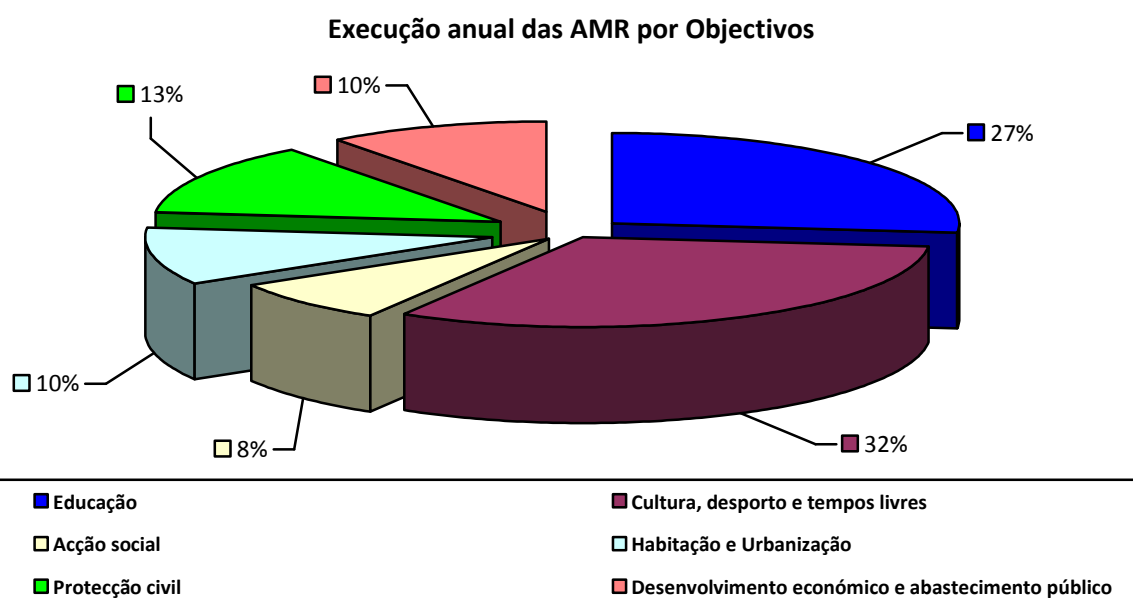
Da análise do quadro, comparando o montante total previsto no PPI para o ano 2009, com o valor executado, obtém-se uma taxa de execução de 63,16%. Deduzindo a taxa por Objectivos, constata-se que foi no Objectivo “*Defesa do meio ambiente*” que se obteve a maior taxa de execução, 95,56%. O investimento aqui previsto e executado diz respeito a dois projectos já executados fisicamente, mas que só no ano 2009 obtiveram a execução financeira através do PREDE. Salienta-se ainda, a execução conseguida no Objectivo “*Cultura, desporto e tempos livres*”, a atingir os 75,1%.

O gráfico representa o peso relativo da execução por Objectivos, tendo em conta o montante total executado. Podemos verificar que Objectivo com maior peso é “*Cultura, desporto e tempos livres*” contribuído com 34,9% para a execução total, seguido do Objectivo “*Comunicações e transportes*” com 27,9%. No Objectivo “*Cultura, desporto e tempos livres*” destaca-se a execução financeira do Projecto “*Construção do Polidesportivo de Vaiamonte*” e a execução do Projecto “*Arrelvamento do Campo de Futebol em Monforte*”. No Objectivo “*Defesa do meio ambiente*” destaca-se o fecho dos Projectos “*Enquadramento Paisagístico do Rossio e Ponte Romana*” e “*Requalificação Paisagística da Zona do Castelo*”.



4.2.2 Das Actividades Mais Relevantes

Funções	Previsto	Executado	% execução
Educação	62.837,00	61.247,13	97,47%
Cultura, desporto e tempos livres	83.575,00	73.019,79	87,37%
Acção social	35.205,00	17.547,72	49,84%
Habitação e Urbanização	82.674,00	23.988,32	29,02%
Protecção civil	70.316,00	29.750,00	42,31%
Desenvolvimento económico e abastecimento público	49.749,00	23.599,00	47,44%
Total Geral	384.356,00	229.151,96	59,62%



A taxa de execução das AMR é inferior à taxa de execução do PPI, contrariando a tendência verificada nos últimos anos. O nível de execução global conseguido, perto dos 60%, deve-se, essencialmente, às actividades desenvolvidas no âmbito da acção social escolar, previstas no Objectivo "Educação" e aos apoios concedidos pelo Município às colectividades sem fins lucrativos, com sede no Concelho, previstos no



Objectivo “*Cultura, Desporto e Tempos Livres*”. O Objectivo “*Cultura, desporto e tempos livres*”, apesar de não apresentar a maior taxa de execução das AMR, apresenta o valor absoluto mais elevado, no montante de 73.019,79€.



5. ANÁLISE À SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

5.1 Análise e evolução da situação económica

Demonstração de Resultados

A demonstração de resultados, documento integrante das Demonstrações Financeiras e peça importante na análise económica de qualquer exercício, traduz a formação dos resultados decorrentes da actividade da entidade.

Vejam, então, o comportamento de custos e proveitos no ano de 2009.

Proveitos

Proveitos e Ganhos		2009			2008	
Pocal	Descrição	Valor	% Estrutura	Variação	Valor	% Estrutura
7111	Vendas de mercadorias	1.834,97	0,0%	-68,5%	5.830,55	0,1%
7112/3	Vendas de produtos	69.192,69	1,3%	-5,8%	73.446,00	1,4%
712	Prestações de serviços	25.863,31	0,5%	-40,7%	43.641,92	0,8%
72	Impostos e taxas	229.273,41	4,4%	-35,9%	357.553,07	6,7%
74	Transferências e subsídios obtidos	4.520.173,09	86,1%	-0,9%	4.559.442,28	86,0%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	300,00	0,0%	300,0%	0,00	0,0%
	Operacionais (B)	4.846.637,47	92,3%	-3,8%	5.039.913,82	95,0%
78	Proveitos e ganhos financeiros	315.799,93	6,0%	60,4%	196.860,37	3,7%
	Correntes (D)	5.162.437,40	98,3%	-1,4%	5.236.774,19	98,7%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	87.267,35	1,7%	30,5%	66.895,71	1,3%
	Total dos Proveitos e Ganhos (F)	5.249.704,75	100,0%	-1,0%	5.303.669,90	100,0%

Fazendo uma análise desagregada dos proveitos, por natureza, verifica-se que os proveitos e ganhos operacionais, aqueles que resultam da actividade corrente da Autarquia, sofreram uma quebra de 193.276,35€ do ano 2008 para o ano 2009, o que corresponde a uma variação relativa negativa de 3,8%. Este resultado tem origem no decréscimo generalizado de todos os proveitos operacionais, como se pode verificar através das taxas de variação, com mais ênfase nos impostos e taxas municipais (componente das receitas próprias da Autarquia). De referir ainda que, no ano 2008 verificou-se um proveito excepcional de

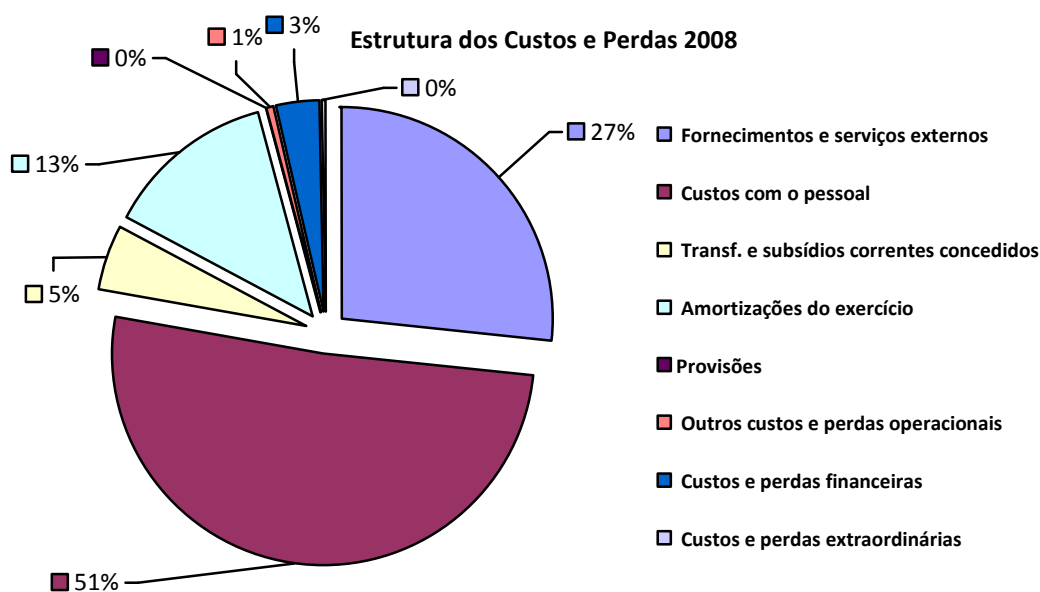


IMT, que influenciou significativamente a componente de "Impostos e Taxas". Os proveitos resultantes das transferências e os subsídios obtidos continuam a ser os mais preponderantes. Regista-se também um acréscimo nos proveitos e ganhos financeiros, resultante do contrato efectuado com as Águas do Norte Alentejano, S.A. relativamente à concessão das ETAR's.

Comparando os proveitos e ganhos obtidos no ano 2009 com os proveitos obtidos no ano anterior, verifica-se um decréscimo de 53.965,15€, a que corresponde uma taxa de variação negativa de 1%.

Custos

Custos e Perdas		2009			2008	
Pocal	Descrição	Valor	% Estrutura	Variação	Valor	% Estrutura
62	Fornecimentos e serviços externos	1.487.161,35	26,6%	16,2%	1.279.790,77	24,8%
64	Custos com o pessoal	2.858.190,57	51,2%	14,7%	2.492.515,94	48,3%
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	272.143,22	4,9%	39,6%	194.997,16	3,8%
66	Amortizações do exercício	728.032,29	13,0%	9,7%	663.756,75	12,9%
67	Provisões do exercício	3.750,00	0,1%	3750,0%	0,00	0,0%
66	Outros custos e perdas operacionais	36.062,01	0,6%	29,0%	27.953,74	0,5%
	Operacionais (A)	5.385.339,44	96,4%	15,6%	4.659.014,36	90,2%
68	Custos e perdas financeiras	184.955,11	3,3%	-32,3%	273.072,33	5,3%
	Correntes (C)	5.570.294,55	99,7%	12,9%	4.932.086,69	95,5%
69	Custos e perdas extraordinárias	15.714,72	0,3%	-93,2%	231.913,89	4,5%
	Total dos Custos e Perdas (E)	5.586.009,27	100,0%	8,2%	5.164.000,58	100,0%





Procedendo agora à análise dos Custos e Perdas, utilizando o mesmo método usado para a análise dos proveitos e ganhos, ou seja, pela sua natureza, verificamos que os custos e perdas operacionais sofreram um acréscimo de 15,6%, no montante de 726.325,08€. Pode-se verificar que todos os custos operacionais contribuíram para este aumento, uma vez que apresentam taxas de variação positivas, no entanto, os custos com pessoal, que apesar de não apresentarem a taxa de variação mais elevada contribuíram com o maior valor absoluto registando um acréscimo de 365.674,63€. Relativamente ao decréscimo verificado nos custos e perdas financeiros, o mesmo deve-se à regularização de dívidas vencidas com fornecedores e empreiteiros, cedidas por estes através de contratos de factoring e que acarretavam juros moratórios para o Município.

A conta 69 – Custos e Perdas Extraordinárias, regista também ela uma quebra de valor em 2009, justificada pela sua natureza, isto é, só deve ser movimentada quando ocorram situações extraordinárias. O Valor constante do ano anterior foi devidamente comentado e justificado na respectiva prestação de contas.

Apuramento de Resultados:

Analisando agora os resultados obtidos por natureza, através do confronto dos Proveitos e dos Custos do exercício, temos que os Resultados Operacionais são negativos, no valor de (538.701,97€), os Resultados Financeiros são positivos, no valor de 130.844,82€, os Resultados Correntes, que resultam do acréscimo dos Resultados Financeiros aos Resultados Operacionais, são negativos, no valor de (407.857,15€), os Resultados Extraordinários são positivos, no valor de 71.552,63€.

Acrescendo aos Resultados Correntes os Resultados Extraordinários, obtém-se um Resultado Líquido do Exercício negativo, no valor de (336.304,52€), como a seguir se pode constatar:

Apuramento de Resultados				
Natureza	Ano		Variação	
	2009	2008	absoluta	relativa
<i>Resultados Operacionais</i>	-538.701,97	380.899,46	-919.601,43	-241,4%
<i>Resultados Financeiros</i>	130.844,82	-76.211,96	207.056,78	-271,7%
<i>Resultados Correntes</i>	-407.857,15	304.687,50	-712.544,65	-233,9%
<i>Resultados Extraordinários</i>	71.552,63	-165.018,18	236.570,81	-143,4%
Resultado Líquido do Exercício	-336.304,52	139.669,32	-475.973,84	-340,8%



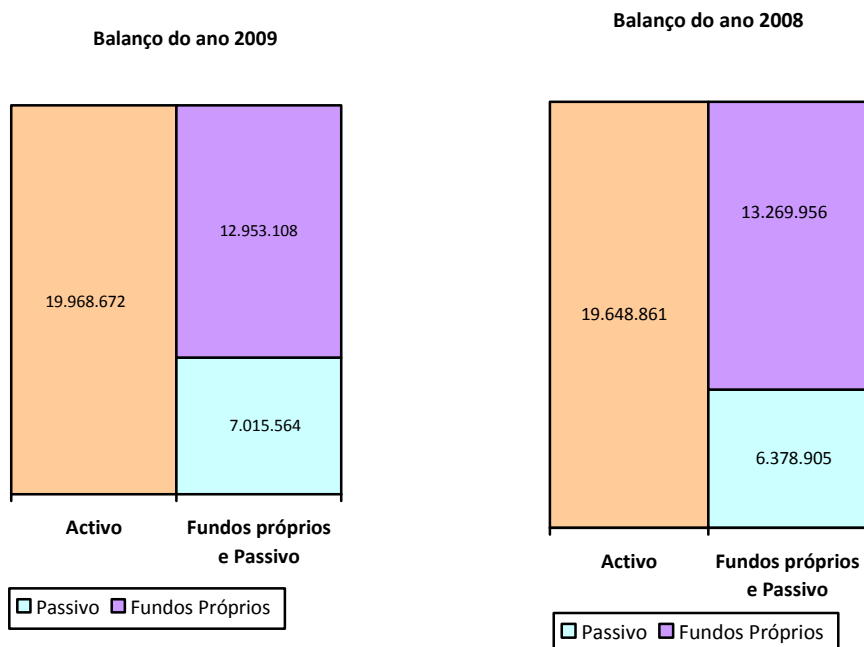
Efectivamente, O Município obtém resultados negativos no desempenho da sua actividade operacional, no ano 2009, contrariando o bom desempenho conseguido no ano 2008, e fruto da redução das dívidas a fornecedores e empreiteiros, através do Prede, consegue obter resultados financeiros positivos, uma vez que reduziu os encargos da dívida.

5.1 Análise e evolução da situação financeira

Análise ao Balanço

O Balanço é uma demonstração financeira, normalmente, reportada ao final de um qualquer período, e que espelha a comparação entre as massas activas e as massas passivas, entre os direitos e as obrigações, revelando a situação patrimonial e financeira da entidade, ou seja, a sua situação líquida.

De forma a melhor se perceber esta relação e o seu resultado apresentam-se de seguida, de uma forma simplificada, os gráficos dos balanços dos 2 últimos anos:





Como se pode verificar, o total do balanço não variou muito de um ano para o outro e a variação verificada resulta numa pequena oscilação entre as duas componentes do membro direito do balanço (fundos próprios e passivo), aumentando o passivo em detrimento dos capitais próprios.

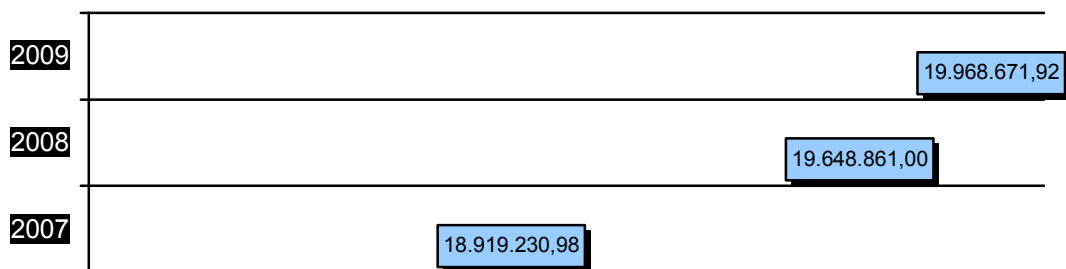
No total, o balanço cresceu 1,6% do ano 2008 para o ano 2009.

De seguida apresenta-se, de forma sintética, os valores dos diferentes elementos que compõem o balanço:

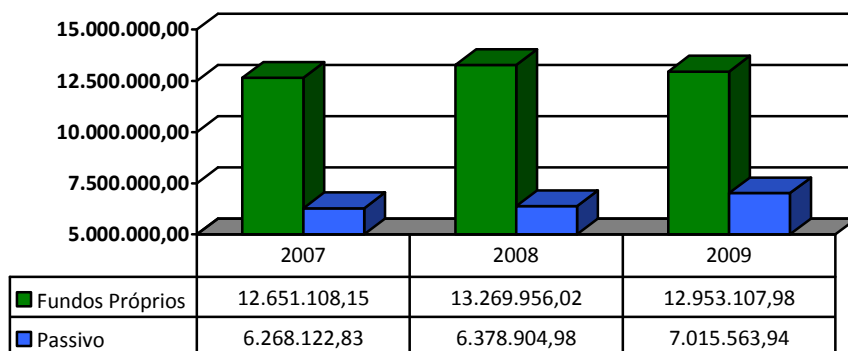
Balanço Sintético do ano 2009			
Activo		Fundos Próprios e Passivo	
Imobilizado		FUNDOS PRÓPRIOS	
Bens de Domínio Público	7.890.049,75	Património	13.145.735,42
Imobilizações em Curso	4.067.279,29	Reservas	355.496,79
Imobilizações Incorpóreas	175.460,71	Doações	879,00
Imobilizações Corpóreas	9.202.272,23	Resultados transitados	-212.698,71
Investimentos Financeiros	2.061.761,94	Resultado Líquido do Exercício	-336.304,52
	23.396.823,92	Total dos Fundos Próprios	12.953.107,98
CIRCULANTE		PASSIVO	
Existências	0,00	Provisões para riscos e encargos	3.750,00
Dívidas de Terceiros – M. e L. Prazo	0,00	Dívidas a Terceiros – M. e L. Prazo	3.891.531,02
Dívidas de Terceiros de Curto Prazo	36.341,34	Dívidas a Terceiros – Curto Prazo	1.835.559,57
	36.341,34	Acréscimos e Diferimentos	1.284.723,35
DISPONIBILIDADES		Total do Passivo	7.015.563,94
Títulos Negociáveis	0,00		
Depósitos em Inst. Financeiras	179.710,61		
Caixa	1.036,48		
	180.747,09		
Acréscimos e Diferimentos	21.118,92		
Amortizações e Provisões	3.666.359,35		
Total do Activo	19.968.671,92	Total dos Fundos Próprios e Passivo	19.968.671,92



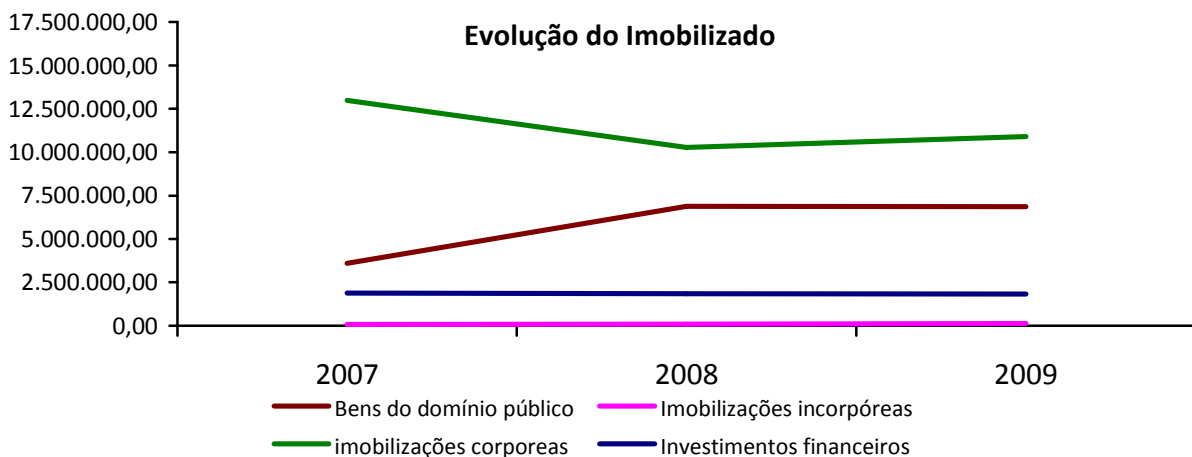
Evolução do Activo Líquido



Em relação ao total do Activo Líquido, verifica-se uma evolução positiva, mais marcada no ano 2008. Esta evolução é reflexo de incrementos patrimoniais no Imobilizado, originados, quer por novas imobilizações, quer pelo registo de imobilizado já existente.



Os elementos do membro direito do Balanço têm registado ligeiras oscilações nos seus valores absolutos. Salienta-se o decréscimo dos Fundos Próprios no ano 2009, à custa do resultado negativo deste exercício e a evolução crescente do Passivo, mais agravado neste último ano.



Evolução do Imobilizado			
IMOBILIZADO	2007	2008	2009
Bens do domínio público	3.597.387,60	6.881.711,11	6.867.568,99
Imobilizações incorpóreas	81.300,26	91.848,09	135.755,92
Imobilizações corpóreas	12.983.133,17	10.277.540,27	10.899.322,26
Investimentos financeiros	1.885.263,72	1.843.546,11	1.829.393,10
Total	18.547.084,75	19.094.645,58	19.732.040,27

Na evolução da estrutura do Imobilizado, regista-se o aumento verificado nos bens do domínio público, dos anos de 2007 para 2008, mais concretamente, na conta 453 – “Outras construções e infraestruturas”, resultado do investimento feito no Concelho ao nível das infraestruturas básicas, construção e remodelação na Freguesia de Monforte.

Ao nível das Imobilizações corpóreas realça-se a evolução negativa no ano 2008, fruto do abate de algum imobilizado e do crescimento acentuado das amortizações, voltando novamente a registar-se um incremento no ano de 2009, consequência de de novos investimentos em imobilizações corpóreas e da passagem de imobilizações em curso para a respectiva conta definitiva. Estes Factos têm mais relevância nas contas de “Terrenos e Recursos Naturais” e “Edifícios e Outras Construções”

As imobilizações incorpóreas e os investimentos financeiros têm se mantido relativamente estáveis.



5.3 Rácios

Rácios de Liquidez

1) *Liquidez geral:*

$$\frac{\text{Activo Circulante}}{\text{Passivo Circulante (curto prazo)}} = \frac{250.278,37}{1.835.559,57} = 0,14$$

2) *Liquidez imediata:*

$$\frac{\text{Activo Circulante - Existências - Créditos de curto prazo}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{215.512,73}{1.835.559,57} = 0,12$$

Rácios de autonomia financeira e solvabilidade

3) *Autonomia financeira:*

$$\frac{\text{Capital próprio}}{\text{Activo}} = \frac{12.953.107,98}{19.968.671,92} = 65\%$$

4) *Cobertura do imobilizado por capitais permanentes:*

$$\frac{\text{Capitais permanentes}}{\text{Imobilizações líquidas}} = \frac{16.844.639,00}{19.732.040,27} = 85\%$$

5) *Estrutura do endividamento:*

$$\frac{\text{Dividas a terceiros (curto prazo)}}{\text{Fundos próprios e passivo}} = \frac{1.835.559,57}{19.968.671,92} = 9\%$$

6) *Endividamento:*

$$\frac{\text{Passivo}}{\text{Activo}} = \frac{7.015.563,94}{19.968.671,92} = 35\%$$

- 1) Exprime em que medida o activo circulante é financiado por recursos de curto prazo.
- 2) Mede o grau de cobertura do passivo circulante por disponibilidades.
- 3) Mede o grau de dependência da Entidade em relação aos seus credores.
- 4) Exprime o grau de cobertura do imobilizado pelos capitais permanentes.
- 5) Mede o peso das dívidas de curto prazo no no capital próprio e passivo.
- 6) Apura a extensão com que a Entidade utiliza os capitais alheios para financiar o activo.



Evolução dos Rácios:

Rácios	Anos		
	2007	2008	2009
<i>Liquidez geral</i>	0,07	0,19	0,14
<i>Liquidez imediata</i>	0,06	0,07	0,12
<i>Autonomia financeira</i>	60%	68%	65%
<i>Estrutura do endividamento</i>	20%	15%	9%
<i>Endividamento</i>	33%	32%	35%

Da análise à evolução dos rácios apresentados, pode-se constatar o seguinte:

A Entidade encontra-se desequilibrada no curto prazo, uma vez que apresenta o rácio de *liquidez geral* inferior a 1, o que significa que o activo circulante não é suficiente para cobrir o passivo circulante de curto prazo. Após uma evolução positiva no ano 2008, O Município voltou novamente a deixar cair este indicador. É de referir que o rácio de liquidez imediata subiu, uma vez o activo circulante é predominado pelas disponibilidades.

Em termos de *autonomia financeira* o Município revela valores elevados, o que lhe garante bastante autonomia.

O rácio de estrutura do endividamento revela-nos que o peso das dívidas de curto prazo no Balanço têm vindo a cair, no entanto, o rácio do endividamento do Município subiu neste último ano. Da análise agregada destes dois rácios podemos concluir que o endividamento do Município aumentou neste último ano e que houve uma transferência do endividamento de curto prazo para o endividamento de médio/longo prazo, efeitos do recurso ao PREDE.



6. ENDIVIDAMENTO

6.1 Evolução da dívida

Dívidas de Terceiros:

Evolução da dívida de terceiros nos últimos três anos			
Designação	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2009
<i>Dívida de curto prazo:</i>			
Estado e Outros Entes Públicos	54.429,00	51.866,66	15.378,42
Clientes			
Outros devedores		278.557,58	19.387,22
<i>Sub-Total</i>	<i>54.429,00</i>	<i>330.424,24</i>	<i>34.765,64</i>
<i>Dívida de médio, longo Prazo</i>			
Outras			
<i>Sub-Total</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
<i>Total</i>	<i>54.429,00</i>	<i>330.424,24</i>	<i>34.765,64</i>

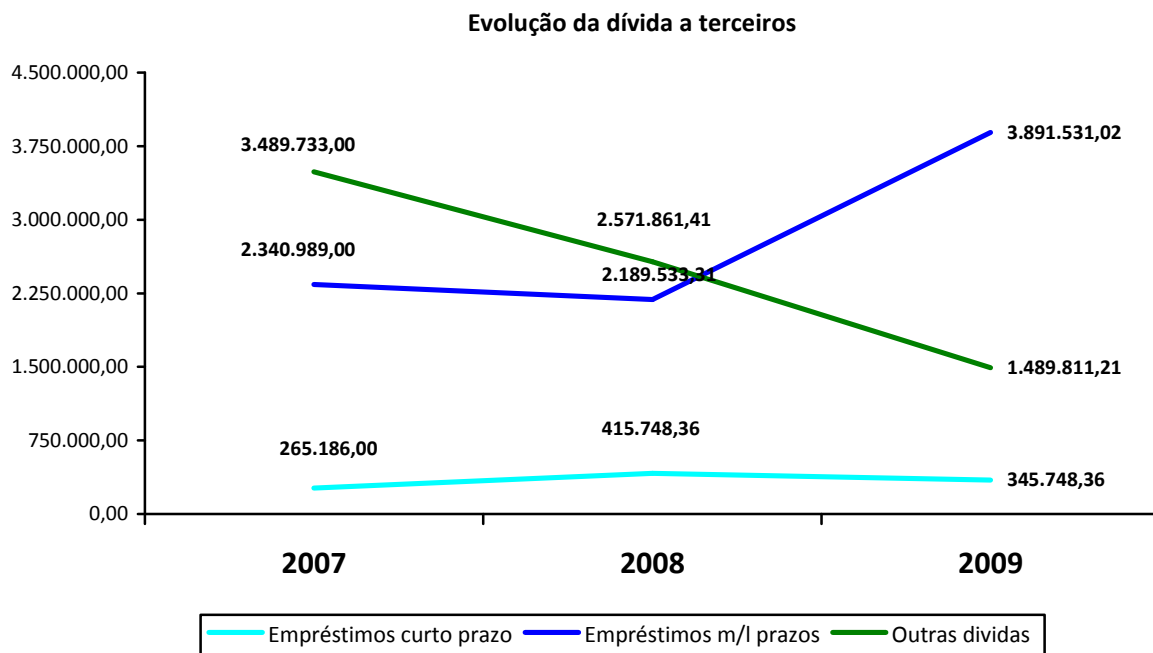
A dívida evidência do Estado e outros entes públicos respeita ao apuramento do IVA. Com a aplicação da regra de inversão do sujeito passivo, este saldo tem vindo a diminuir, mais notoriamente no último ano.

O saldo dos outros devedores respeita, essencialmente, a projectos participados por outras entidades e ainda não pagos, nomeadamente, fundos comunitários. O fecho do III QCA, no final de 2008, obrigou ao encerramento dos vários projectos em curso, o que permitiu uma regularização significativa destes fundos no início do ano 2009.



Dividas a Terceiros:

Evolução da dívida a terceiros nos últimos três anos			
Designação	31-12-2007	31-12-2008	31-12-2009
Divida de curto prazo:			
Instituições de Crédito	265.186,00	415.748,36	345.748,36
Outras	3.489.733,00	2.571.861,41	1.489.811,21
Sub-Total	3.754.919,00	2.987.609,77	1.835.559,57
Dívida de médio, longo Prazo			
Instituições de Crédito	2.340.988,00	2.189.532,31	3.891.531,02
Outras			
Sub-Total	2.340.988,00	2.189.532,31	3.891.531,02
Total	6.095.907,00	5.177.142,08	5.727.090,59





Empréstimos de curto prazo:

Os Empréstimos de curto prazo são utilizados para satisfazer necessidades de tesouraria, pelo que, da análise dos dados acima apresentados, o Município tem vindo a denotar alguma fragilidade, uma vez que este tipo de recurso é utilizado continuamente.

Empréstimos de médio/longo Prazos:

Este tipo de recurso, utilizado para financiar investimentos, registou um aumento significativo do saldo final do último ano, no montante de 1.701.997,71€. O Município arrecadou, durante o ano, o montante de 2.111.281,87€, deste valor, só 98.234,85€ tinham como finalidade o financiamento de um investimento em concreto, os restantes 2.013.046,86€ foram arrecadados através do PREDE e destinaram-se a liquidar valores em dívida, quer a fornecedores correntes, quer de imobilizado.

Outras Dívidas:

Esta componente da dívida respeita, na sua quase totalidade, a fornecedores c/c e a fornecedores de imobilizado, com inclusão dos fornecedores com contratos de factoring (contas 221, 261 e 268). Através do Programa referido no ponto anterior o Município conseguiu reduzir, significativamente, esta componente da dívida de curto prazo, com contrapartida no aumento da dívida no médio/longo prazo. Esta operação conferiu ao Município um planeamento mais adequado para o pagamento das dívidas já vencidas, concedendo-lhe prazos mais alargados, e ao mesmo tempo, passou a disponibilizar mais meios monetários, necessários à gestão corrente da Autarquia.



6.2 Enquadramento do Município face aos limites legais

(Informação prestada à DGAL, através do Programa SIAL, relativa ao 4.º trimestre de 2009)

1. LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL 2009

				(€)
RECEITAS MUNICIPAIS	Receitas cobradas brutas (1)	Reembolsos e restituições pagos (2)	Receita cobrada líquida (3)=(1)-(2)	Observações
TOTAL DE IMPOSTOS MUNICIPAIS*	326.644,81	8.165,98	318.478,83	
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	88.823,80	2.220,55	86.603,05	* Valores anuais, os
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	211.348,08	5.283,65	206.064,43	quais devem
Imposto Único de Circulação (IUC)**	28.473,13	681,78	25.811,35	corresponder aos
Contribuição Autárquica			0,00	inscritos no formulário
Imposto Municipal de Sisa			0,00	Receitas Municipais',
DERRAMA*			0,00	relativo a 2008.
TOTAL IMPOSTOS MUNICIPAIS E DERRAMA*	326.644,81	8.165,98	318.478,83	(A)
RECEITAS ARRECADADAS A TÍTULO DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DAS ENTIDADES DO SEL*	-	-		(B)
FEF + IRS (MAPA XIX DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2009)	-	-	4.287.076,00	(C)
TOTAL DE RECEITAS A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	-	-	4.605.554,83	(D) = (A) + (B) + (C)
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	-	-	460.555,48	(E) = 10% × (D)
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	-	-	4.605.554,83	(F) = 100% × (D)
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	-	-	5.756.943,54	(G) = 125% × (D)

* *Inclui o montante de receitas eventualmente arrecadadas a título do antigo Imposto Municipal sobre Veículos (IMV).



4. APURAMENTO DA SITUAÇÃO DE ENDIVIDAMENTO NO FINAL DO TRIMESTRE

(€)		
Designação	Montante	Observações
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	345.748,38	(A) = Saldo credor conta 2311
EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO NÃO AMORTIZADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO EM CAUSA	345.748,38	(B) = Saldo credor conta 2311 em 31 de Dezembro
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	3.891.531,02	(C) = Saldo credor conta 2312
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	5.516.687,98	(D) = Passivos - Activos da linha (A) do Quadro 2. Activos e passivos financeiros
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		(E) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos*
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		(F) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento líquido*
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	118.862,59	(G) = Campo A do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
DÍVIDAS À EDP 1988	0,00	(H) = Campo B do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	4.118.416,79	(I) = (C) + (E) - (G) + (B)**
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	5.397.825,39	(J) = (D) + (F) - (G) - (H)
Limites endividamento municipal (recapitulativo)		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	460.555,48	(K) = Campo (E) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	4.605.554,83	(L) = Campo (F) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	5.756.943,54	(M) = Campo (G) do Quadro 1
Situação face aos limites		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	Excesso	(N) = Excesso, se (A) > (K); (N) = Margem, se (A) < (K)
	Margem	114.807,12
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	Excesso	(O) = Excesso, se (I) > (L); (O) = Margem, se (I) < (L)
	Margem	487.138,04
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	Excesso	(P) = Excesso, se (J) > (M); (P) = Margem, se (J) < (M)
	Margem	359.118,15

* O valor deve corresponder ao somatório das contribuições das entidades inscritas no formulário AM, SM e SEL para este tipo de endividamento.

** Apenas no último trimestre do ano em causa.

Como se pode constatar neste último mapa, o Município apresentava uma margem de endividamento líquido no montante de 359.118,15€ e uma margem de endividamento de médio e longo prazo no valor de 487.138,04€. de referir que, de acordo a legislação vigente para o endividamento municipal, os municípios não podem exceder qualquer dos limites, o que significa que o município de Monforte, mesmo apresentando uma margem superior no endividamento de médio longo prazo não poderá contratualizar empréstimos de valor superior à margem do endividamento líquido.

O endividamento de curto prazo que transita a 31 de Dezembro, no ano seguinte, vai influenciar o montante do endividamento de médio/longo prazo.



Proposta de Aplicação de Resultados

Após análise do Balanço e da Demonstração de Resultados, que se encontram apensos ao presente documento e de acordo com o determinado no Ponto 2.7.3. do Pocal, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, o Executivo Camarário propõe que:

O Resultado Líquido do Exercício, negativo, no valor de 336.304,52€ (trezentos e trinta e seis mil trezentos e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos), seja transferido para a conta 59 – “Resultados Transitados” .

Monforte, 21 de Abril de 2010

O Órgão Executivo



8. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não existem factos relevantes a registar.